

OS GARIMPOS ILÍCITOS NA ÁREA INDÍGENA YANOMAMI

APIAÚ E RIO NOVO

Entre os rios Catrimani e Apiaú, no Território Federal de Roraima, vivem cerca de 300 Yanomami em semi-isolamento e mais alguns pequenos grupos locais sem contato, arredios. Toda a área é reconhecida imemorialmente como indígena e foi interditada pela Portaria GM-025 de 09.03.82, fazendo parte de uma área maior que abrange o resto do território Yanomami, administrativamente delimitado pela FUNAI em 1984 e cujo processo foi encaminhado para o Grupo Interministerial em 08.01.85 pela Portaria Nº 1917, denominando toda a área como PARQUE INDÍGENA YANOMAMI. Esta Portaria proíbe "o ingresso, trânsito ou permanência no aludido Parque, de pessoas ou grupos não-índios, salvo quando autorizados pela FUNAI e desde que a atividade não seja julgada nociva ou inconveniente ao processo de assistência aos índios". (Vide Portaria 1817 de 08.01.85).

Entretanto, entre os rios Apiaú e Catrimani funcionam vários garimpos clandestinos de ouro desde 1980.

A FUNAI tomou conhecimento das invasões e do garimpo conhecido atualmente como APIAÚ VELHO através de denúncias feitas pelos missionários do Catrimani que trabalham na área e por denúncias feitas ao chefe de posto PI Demini (antigo Km 211) pelos próprios índios. (Vide Memo 06/pg. 11, 12, de 05.06.85).

- 1983 Em 1983 a FUNAI, juntamente com a Polícia Federal tentou, sem sucesso, a evacuação dos invasores, que na época mal chegavam a 200 homens. No mesmo ano, a FUNAI foi informada do falecimento de um deles, cuja morte não foi possível apurar mas que, segundo os índios Yanomami, resultou de conflitos entre garimpeiros e um grupo Yanomami ainda arredio, os Moxihatetem.
- 1984 Pelo menos três Yanomami da comunidade dos Apiauprautheri morreram em consequência da malária, enquanto dezenas de outros sofreram as nefastas consequências das invasões. Uma das mulheres vitimadas era mulher do Tuxaua Vital. (Seu grupo local, em 1977, perdeu a metade de sua população em consequência de um surto de sarampo).
- No mês de agosto um jovem Yanomami (Adriano), da comunidade dos Hewenahipi no rio Jundiá, foi esfaqueado em consequência de outro atrito. Um sucinto relato da situação, enviado ao Presidente da FUNAI pelo Bispo de Roraima e pelo Padre da Missão Catrimani, denunciava a morte de índios isolados. "O garimpo que suscita mais preocupação é aquele do Apiaú. Já ocorreram mortes entre brancos e entre os Moxihatetem, grupo ainda arredio". E continua informando: "O último ato de violência dos garimpeiros contra os Yanomami aconteceu no dia 11 de julho p.p. Todos os índios da área estão revoltados contra a violência dos garimpeiros e estão se organizando para vingar o parente" (20.07.84).
- De fato, Apiaú Velho encontra-se em área de Yanomami semi-isolados (cerca de 300 indivíduos) e alguns pequenos grupos locais, sem contato nenhum. Entre 1982 e 1984, inúmeras vezes foi solicitada às autoridades competentes a evacuação do garimpo e a criação de um posto de vigilância no rio Apiaú.
- 1985 Em janeiro último, alguns Yanomami mais conscientes de seus direitos se rebelaram contra os invasores e tomaram a iniciativa de exigir a imediata retirada dos

invasores. Os quase 50 guerreiros, pintados de preto, armados com arcos e flechas e algumas espingardas adquiridas dos próprios garimpeiros, invadiram os sítios de trabalho de dois garimpos localizados entre os rios Catrimani e Apiaú. Os mesmos procederam dos rios Catrimani, Pacu, Anaualina e Mucajaí, liderados pelo índio Davi Xirixana, um dos Yanomami que mais compreende as trágicas consequências que a penetração desordenada está trazendo para seus parentes.

Durante esta primeira incursão, os guerreiros queimaram barracas e roças de um garimpo, quebraram as ferramentas dos invasores e depois enfrentaram uns 40 homens armados em plena atividade de garimpagem num segundo local onde havia "muitas casas iguais à da vila de Mucajaí", roças plantadas com produtos de curto e longo ciclo, duas cantinas e bastante cachaça.

Depois das primeiras horas de tensão, com alguns índios cobrando a morte de seus parentes, os Yanomami decidiram não entrar em briga aberta com seus adversários mas simplesmente explicar-lhes que estavam agindo contra a Lei garimpando dentro dos limites do Parque Indígena Yanomami e exigir sua retirada imediata. Os garimpeiros, por sua vez, alegaram que não sabiam que estavam garimpando em área indígena.

Os índios, no dia seguinte, se retiraram da área prometendo voltar com reforço de homens caso os garimpeiros não saíssem de suas terras.

No dia 26 de fevereiro, um novo grupo de mais de 20 homens armados, acrescido das Polícias Militar e Federal, dirigiu-se para a área do Apiaú para cumprir a Lei, ou seja, expulsar os garimpeiros da área do Apiaú. Nesta operação foram retirados uma centena de invasores da região do garimpo do Apiaú Velho. Outros, entretanto, permaneceram na região. A FUNAI instalou então um Posto

de Vigilância no rio Apiaú, nas imediações dos limites do Parque Indígena, para controlar a entrada de não índios na área indígena daquela região.

Depois da fracassada tentativa de invasão da Serra de Surucucus em fevereiro último, a FUNAI toma conhecimento das articulações feitas pelo Sr. José Altino Machado, líder-invasor dos garimpeiros, para a ocupação da área Yanomami. Há notícias de ocorrência de novas invasões, desta vez pelos rios Mucajaí e seu afluente, na altura da Cachoeira da Lata e pelo rio Novo, afluente do rio Apiaú. Segundo informações dos próprios garimpeiros, aproximadamente 80 homens encontravam-se no novo sítio do Garimpo do Rio Novo no mês de julho. A 10ª Delegacia Regional da Funai (RR), inúmeras vezes solicita a Brasília fundos e o apoio de um helicóptero para a retirada dos invasores, sem sucesso. Em fins de julho a FUNAI recebe informações da infiltração de cerca de 600 homens na área Yanomami, entre os garimpos do Rio Novo e Apiaú Velho, local onde havia evacuado 180 garimpeiros em fevereiro último. Ainda em fins de julho o delegado da 10ª DR da FUNAI relata os seguintes fatos para que sejam tomadas medidas imediatas: "informamos existir forte pressão por parte de grupos locais - Associação Comercial, entidades de classe e por políticos junto ao Governo Território, para que seja conseguida liberação de garimpos. Esse fato tem provocado afluência de garimpeiros nesta capital e conseqüentemente invasão das áreas indígenas". (Vide Of. 289 de 29.07.85).

Na mesma época, a Polícia Federal de Boa Vista denuncia por "prática de incitação ao crime e que culminou com a invasão da área indígena Yanomami, no garimpo do rio Novo, na região do rio Apiaú" o Sr. José Altino Machado, invasor de Surucucus em fevereiro deste ano. (Of. Nºs 474 a 476/85 DPF de 23.07.85).

Após a colocação de policiamento no Posto de Vigilância Apiaú, que não foi suficiente para resolver os problemas das invasões, nem com a presença dos funcionários da FUNAI nem com a presença policial, os garimpeiros passa-

ram a invadir a área indígena adentrando a pé por diversos locais distantes do posto, tornando-se praticamente impossível contê-los. Enquanto no começo os garimpeiros levavam os mantimentos de barco, após a presença da Polícia Militar no Posto da FUNAI passaram a receber mantimentos por aeronaves de empresas de táxi aéreo de Boa Vista (RR). Os avisos dos lançamentos são feitos através da Rádio Nacional de Boa Vista. (Depoimento do delegado da 10ª DR de 24.07.85).

No mês de setembro o número de invasores no garimpo do rio Novo dobrou, apesar da presença permanente de cinco agentes da Polícia Militar no P.V. Apiaú. Em 08.10.85 a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) recebe informação de Boa Vista sobre a preparação de uma operação para remoção de invasores da área do Apiaú, prevista para a segunda quinzena do mês. Participar desta operação a Polícia Militar e Federal, além da FUNAI.

ERICÓ

A região dos rios Ericó, Uraricaá e Surubai, no noroeste da área indígena, é outra área sob grande ameaça. No rio Ericó locais clandestinos de garimpagem operam desde os anos 60, mas com a abertura da área de mineração de ouro em Santa Rosa em 1980 o número de garimpeiros aumentou enormemente. No seu auge, acima de 5.000 garimpeiros estavam trabalhando em Santa Rosa e os contatos com os Yanomami tornaram-se totalmente incontroláveis. Até pouco tempo atrás, os garimpeiros da região de Santa Rosa restringiam suas atividades até o limite da área indígena, isto é, o igarapé Pacasibi. Atualmente, todavia, esse limite foi superado e inúmeras grotas e barrancos estão sendo explorados rio Ericó acima, aproximando-se perigosamente de malocas indígenas e do próprio Posto de Vigilância da FUNAI em Ericó. O grande movimento de garimpeiros, mercadorias e máquinas, através das duas pistas de pouso - ambas dentro da área indígena - leva a crer que as pretensões dos garimpeiros não se resumem à área já invadida, mas também à ocupação de outros trechos do território Yanomami, onde há indícios de minérios.

SITUAÇÃO ATUAL

Onze ONGs de diferentes pontos do país, que lutam pela sobrevivência e direitos humanos dos povos indígenas no Brasil, assinam em conjunto o seguinte telegrama, endereçado ao Presidente da FUNAI, Apoena Meirelles, em 05 de dezembro de 1985:

"Comunicamos grande preocupação abandono total por parte autoridades área indígena Apiaú e Rio Novo, partes integrantes território Yanomami interdito em 1982 Portaria GM/025, invadido por centenas garimpeiros conforme 10ª DR FUNAI.

Em 04.12.85, por ordem do Governador, contingentes Polícia Militar inesperadamente retirados Posto Vigilância Apiaú. FUNAI temendo massacre abandonou região. Situação muito crítica região totalmente desprotegida solicitamos esta Fundação evitar genocídio índios Yanomami."

Em 09 de dezembro, Aoená Meirelles acusa recebimento do telegrama e informa a CCPY de seu deslocamento para o Território de Roraima.

Em outro telegrama enviado em 17 de dezembro, o Presidente da FUNAI informa à entidade sobre contato feito com autoridades com poder decisório em busca de solução para breve retirada de garimpeiros.

Segue um breve histórico suplementado por material de imprensa em primeira mão (Roraima e Amazonas) que relata os eventos de tão esperada solução. Há anos que índios, ONGs, políticos ligados à questão indígena, indigenistas e intelectuais de muitos países vêm solicitando aos órgãos competentes a garantia das terras aos Yanomami e a retirada dos garimpeiros que adentram sua área. Eis os fatos:

Notícia de Manaus

"A Polícia Federal, com o apoio da FAB, desloca-se para uma operação em comum no Território Federal de Roraima e faixa de fronteira entre a região da Serra de Surucucus e Serra de Pacaraima, para investigar a presença de missões religiosas, de estrangeiros, especialmente venezuelanos, além de garimpeiros em área indígena".

"Alheia a estes fatos, a PF, com o apoio da FAB, continuará a execução da operação que deverá estar concluída em 20 dias, para descobrir quem realmente poderá ser denominado de missionário naquela região, que

desperta muita atenção de estrangeiros pelo grande potencial mineral que possui, potencial esse situado em áreas indígenas como a reserva dos YANOMAMI, onde não é permitida a garimpagem". (A Crítica de Manaus, 19.12.85).

Notícia de Boa Vista

"Cerca de 150 homens se agruparam (no Garimpo de Santa Rosa) em 19 de dezembro, temendo represálias e ouviram a voz do comandante da operação: "Vocês têm um prazo de três dias, a contar desta data, para desocupar esta área; caso não obedecem à ordem, nós voltaremos aqui e limparemos tudo."

"Os mais precavidos deslocaram-se para suas respectivas grotas e esconderam os mantimentos, materiais e equipamentos pesados, na tentativa de escapar de altos prejuízos. Outros, descrentes do retorno do comando, não deram importância ao fato e continuaram o trabalho normalmente."

"No terceiro dia o grupo voltou a este local, mas não houve conversa. Um dos helicópteros pousou na pista, seus ocupantes desceram e passaram a revistar todos os barracões, recolhendo armas e quebrando as balanças para pesar ouro, ameaçando a homens e mulheres da corrutela. O outro aparelho dirigiu-se para a localidade do Baixão do Cabeça, onde se concentra a maioria dos garimpeiros da área. Depois de sobrevoar a região, esperou o segundo helicóptero chegar, começando então "a operação"... Os federais encontraram um deles, de 23 anos, natural de Teresina - Piauí. Este foi torturado violentamente para mostrar onde estavam os acampamentos dos companheiros. Depois de espancá-lo, os federais o amarraram pelas pernas, mergulhando-o de cabeça para baixo dentro de um poço de lama e gritando que iriam afogá-lo se não informasse onde estavam os barracões. Diante da ameaça de ser morto, foi obrigado a mostrar os acampamentos, os quais foram completamente destruídos..., que metralharam máquinas, mantimentos, tambores de combustíveis e todos os utensílios utilizados pelos garimpeiros." (Folha de Boa Vista, 22.12.85).

Os garimpeiros denunciaram os abusos sofridos pela PF. Daniel Norberto, delegado da PF de Boa Vista, assegurou que não foram agentes locais os envolvidos na operação. Mena Barreto, secretário da Segurança Pública, e o diretor da Polícia Civil, Jacir Cruz (pai do governador de RR), exigiram a retirada imediata dos agentes federais do local. "Caso contrário, a Secretaria de Segurança ocuparia a área com contingentes da PM para fazer valer a ordem." (Diário do Povo, 21.12.85).

O incidente demonstra que os propósitos da operação estão longe de ser comparados com a "real finalidade da missão", que era investigar e não espancar garimpeiros, expulsá-los da área e queimar suas cabanas, argumentam autoridades locais. José Altino Machado, Presidente da Associação dos Garimpeiros da Amazônia Legal, ameaça processar os responsáveis pela operação. O Governador do Território, Getúlio Cruz, solicita abertura de inquérito e apuração dos acontecimentos. A FUNAI relata que a PF com o apoio da FAB deverá continuar a execução que se propõe a investigar a presença de garimpeiros em áreas indígenas. Em Brasília, o Governador Getúlio Cruz contactou o Chefe da Casa Militar, o general Bayma Denys, autoridades do Conselho de Segurança Nacional e do Ministério da Justiça, a fim de descobrir quem tinha autorizado a missão, mas não consegue resposta.

Notícia de Boa Vista

"Supõe-se que tenha sido uma equipe da PF, porque eles não quiseram se identificar nem mesmo para o Secretário de Segurança Pública, Jacir Cruz."

"Para o coronel Mena Barreto, parece ter havido uma intenção de intrigar as populações locais."

O Governador procura deixar bem claro que não há nenhum tipo de desentendimento entre o Governo do Território enquanto instituição e a Polícia Federal enquanto instituição. Afirma existir um bom relacionamento com a Polícia Federal (do Território)...."(O Roraima, 25.12.85).

Getúlio Cruz faz uma exposição ao Secretário Geral do Ministério da Justiça, alegando ser inaceitável um procedimento dessa natureza, uma vez que tal operação "traria conturbações sociais que inexistem em Roraima". Confirma à imprensa de Boa Vista ter recebido total apoio do Secretário Geral do Ministério da Justiça. Contactando o General Bayma Denys, acrescenta estranhar o fato, "uma vez que aparentemente as coisas estavam tranquilas em Roraima, e que um episódio desta natureza tumultua a sociedade que está vivendo em paz". Do secretário geral do Ministério do Interior recebe garantias de que providências seriam tomadas, pois conforme o governador "as coisas estão calmas e o episódio só serviu para tumultuar". (Diário do Povo, 22.12.85).

Segundo o secretário de Segurança Pública coronel Carlos Alberto Menna Barreto, o inquérito que visa apurar as responsabilidades da invasão do garimpo Santa Rosa, "para que seja concluído depende da identificação dos elementos da Polícia Federal que praticaram excessos contra os garimpeiros mas que se recusaram a se identificar quando vieram falar comigo em Surucucus, local onde estavam acampados.....
há uma grande possibilidade de haver envolvimento da Polícia Federal local que tem à frente o diretor da Divisão, Daniel Norberto, bem como outros órgãos federais. há envolvimento inclusive da Força Aérea Brasileira - FAB, através da identificação dos helicópteros".
 (Folha de Boa Vista, 12.1.86)

É notável a desinformação relacionada à origem da operação. Outro aspecto de destaque é o fato da imprensa local e governantes do Território em momento algum terem se referido à área de Santa Rosa como sendo área indígena. Não há esclarecimento do fato que a garimpagem por não índios é proibida em áreas indígenas. Apesar disso, chegamos à conclusão que o atentado da remoção dos garimpeiros da região de Santa Rosa foi mal executado e ajudou a fomentar o ódio.

Sem dúvida nenhuma as pressões do Governador exercidas a nível federal em consequência da violência ocorrida propiciou um clima desfavorável à continuação de qualquer medida para se resolver o problema, tanto em Santa Rosa (Ericó) como na região do Apiaú.

Houve sugestão feita na época para uma ação conjunta da FUNAI com a PF para pafletar a área do Apiaú e com essa medida exigir, em tempo hábil, a evacuação da área, sem conflitos. Uma operação que não foi assumida pelas autoridades competentes. Conforme a 10ª DR, a operação foi impedida pelo Departamento de Aeronáutica Civil (DAC), embora a PF não necessite de autorização do DAC para lançamento de panfletos. A FUNAI na época estava negociando com a Associação dos Garimpeiros de Roraima um prazo para a saída dos invasores da região do Apiaú, medida que não se concretizou. Em consequência a 10ª DR proibiu lançamentos (de alimentos) na área.

Em meados de janeiro vem confirmação através de garimpeiros que os lançamentos continuam a ser feitos, através da companhia de táxi aéreo Kinô, partindo de uma fazenda.

Em 16 de janeiro de 1986 dois membros da CCPY sobrevoam a área indígena interdita na região do rio Ericó e constataam a presença de garimpeiros tanto no Baixo do Cabeça como no local conhecido por Pista, e ainda em vários pontos entre as duas localidades. Tudo indica que apesar da operação de dezembro os garimpeiros nunca saíram, e que a operação unicamente serviu para intimidar, sem resultado efetivo.

Conforme a 10ª DR houve uma recente solicitação feita pela FUNAI à Polícia Federal de Roraima para completar a operação de dezembro e retirar os garimpeiros remanescentes na área interdita. A eficácia dessa medida é questionável, uma vez que fica claro que os interesses do Governo local são outros. Conforme declarações do próprio Governador, existe um bom relacionamento com a PF do Território e esta depende de uma política de boa vizinhança com os órgãos do Governo de Roraima.

De fato o Governador não aceita que uma operação daquela natureza seja executada sem uma comunicação prévia (referindo-se ao episódio de 19 e 21 de dezembro 85).

É sabido que o Governo do Território tem todo o interesse em explorar as áreas de mineração, em áreas indígenas ou não, e para concretizar esse fato pratica a política do fato consumado. Tanto a situação de Santa Rosa como a do Apiaú são exemplos dessa prática.

Janeiro 1986

Claudia Andujar
Coordenadora

Comissão pela Criação do Parque Yanomami - CCPY
Rua São Carlos do Pinhal 345
01333 São Paulo SP